



# Anais da Assembleia

Nº 144

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 12 DE DEZEMBRO DE 1985

ANO XI

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 123ª SESSÃO ORDINÁRIA

(CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)

REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 1985

QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury; secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Maia Filho e Basílio Zanusso.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Aírton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antonio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tugúio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que as Mensagens Governamentais nos. 232, 233, 234, 235, 236 e 237, todas de 1985, sejam aditadas em forma de emendas ao Projeto de Lei n. 324/85, Mensagem n. 220/85, que se encontra na fase de Segunda Discussão, constante da Ordem do Dia de hoje, pois as mesmas tratam de matérias análogas.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações ao Torneio de Pelada da Amizade, realizado em Paranaguá, na coordenação do Sr. José Leite.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1985.

(a) NESTOR BAPTISTA

### JUSTIFICATIVA:

A competição valeu pelo importante sentido esportivo e social, principalmente a aproximação através do intercâmbio esportivo das associações do litoral paranaense, onde participaram 168 equipes.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a transcrição na ata da presente sessão, voto de congratulações dirigidos a Quinta do Sol, pela passagem do seu 21.º aniversário de emancipação política e administrativa, com consequente encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Solange Marques, Prefeito Municipal; ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Viana Pereira e aos Ilustríssimos Senhores Presidentes das Agremiações Partidárias existentes na cidade.

1963. Neste ano, precisamente no dia 29 de novembro, era criado, conforme a Lei Estadual de n. 4.788, o município de Quinta do Sol, desmembrando-se de Fênix. Já no ano seguinte, 14 de dezembro, ocorria a instalação do móvel municipal, data em que foi empossado o Excelentíssimo Senhor Osvaldo Silva, como primeiro prefeito.

Atualmente, o crescimento de Quinta do Sol deveu-se principalmente à implantação de suas primeiras estruturas de desenvolvimento, a começar pela derrubada da mata e o preparo do solo, que mais tarde permitiram o alto grau de desenvolvimento do solo, onde se extrai diversos cultivares, representando os maiores fatores de sustentação sócio-econômica.

Neste sentido, Senhor Presidente e Senhores Deputados, não poderia deixar de solicitar o registro nos Anais deste Poder, quanto a esta que considero importante data, uma vez que Quirita do Sol representa um dos mais importantes municípios do interior do Estado, tendo considerada parcela no crescimento paranaense.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata da presente sessão, voto de congratulações dirigidos a Boa Esperança, pela passagem do seu 21.º aniversário de emancipação política e administrativa, com consequente encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Celso Buscariol, Prefeito Municipal, ao Excelentíssimo Senhor Divonzir Guilherme, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores e aos Ilustríssimos Senhores Presidentes dos Partidos Políticos existentes na cidade.

Foi através da Lei de n. 4.844 que, em 1964, 06 de março, foi criado o município de Boa Esperança, ocorrendo a instalação do móvel municipal no mesmo ano, dia 14 de dezembro, oportunidade em que foi empossado, no cargo de primeiro Prefeito, o Excelentíssimo Senhor Haride Cavaletti.

Foram, sem nenhuma dúvida as duas datas mais importantes, visto que marcaram profundamente dois ciclos: o primeiro, iniciado no final da década de 50 até a sua emancipação, refere-se à presença corajosa dos primeiros moradores que, com o espírito empreendedor, desbravaram a região; o segundo aspecto foi que a emancipação do município foi o resultado do grau de desenvolvimento verificado, cuja cidade já apresentava condições que propiciaram o seu crescimento acelerado.

Nos dias de hoje, Boa Esperança destaca-se por sua produção agrícola, fator que significa a verdadeira base de sustentação sócio-econômica do município, cujo excedente dá grandiosa e indispensável contribuição no contexto geral paranaense.

Desta forma, Senhor Presidente e Senhores Deputados, não poderia deixar de requerer o merecido registro nos Anais desta Casa, os cumprimentos a toda a população de Boa Esperança que, através de sua incansável força para o trabalho, tem feito prosperar toda uma rica e imensa região.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da presente sessão, voto de congratulações dirigidos a Peabiru, pela passagem do seu 33.º aniversário de emancipação política e administrativa, com conseqüente encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Nelson Proença, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vereadores Zigmundo Mroczek e aos Ilustríssimos Senhores Presidentes das Agremiações Partidárias existentes na cidade.

O Doutor Sady Silva, Chefe da 5.ª Inspetoria de Terras, do Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Estado do Paraná, sediado em Guarapuava, foi o principal responsável pela fundação do povoado de Peabiru, denominação esta dada pelo próprio fundador. O agregado social ia se formando graças à disposição de muitos de seus pioneiros, valendo destacar os Senhores José Rios, José Silvério, Armino Sartorelli, Ernesto Mateus, Narciso Simão, Alfredo Ferreira, Emídio Bueno, José Couto Costa, Domingos Camargo Ribas, Doutor Daniel Portella e a Senhora Candinha Alves.

Através da Lei Estadual n. 790, deu-se a criação do município de Peabiru, dia 14 de novembro do ano de 1951, desmembrando-se de Campo Mourão. No ano seguinte, mais precisamente no dia 14 de dezembro, foi, com a instalação do móvel municipal, efetivamente, confirmada a sua independência política e administrativa, sendo que na mesma oportunidade tomava posse, como Prefeito eleito, o Excelentíssimo Senhor Silvino Lopes de Oliveira.

Com quase 17 mil habitantes, Peabiru representa atualmente e sem nenhuma dúvida, um dos mais importantes municípios do interior paranaense. Tal condição deve-se à estrutura dos meios de produção existentes, responsáveis pelo verdadeiro sustáculo sócio-econômico da região, marcadamente no que tange ao setor agrícola.

Deste modo, Senhor Presidente e Senhores Deputados,

apresento, com inteira justiça, este requerimento, para que fique constado nos Anais deste Poder Legislativo, a importância desta data em que se comemora a emancipação de Peabiru, ocasião em que também dirigo os cumprimentos, bem como o sincero reconhecimento ao conjunto de seu povo, que, no dia-a-dia, não tem medido esforços no sentido de engrandecer ainda mais aquela rica e próspera região.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente a Excelentíssima Senhora GILDA POLI ROCHA LOURES, Digníssima Secretária de Estado da Educação, solicitando a instalação de um terminal telefônico na Escola Estadual Vicentina — Ensino de 1.º Grau, na Vila Marumbi - Uvaranas, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### JUSTIFICATIVA:

A Escola Estadual Vila Vicentina, situada no bairro de Uvaranas, mais precisamente na Vila Marumbi, bastante distante do centro de Ponta Grossa, carece urgentemente de um terminal telefônico, o qual viria auxiliar a comunicação com repartições, das quais depende o bom andamento dos trabalhadores daquele estabelecimento de ensino.

Espera-se, portanto, que essa Secretaria de Estado da Educação atenda, o mais breve possível, o que ora é solicitado.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscrive, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de correspondência ao senhor Ministro das Comunicações, Doutor Antônio Carlos Magalhães, pedindo providências para: 1) dotar a agência dos Correios e Telégrafos em Cascavel de maior número de funcionários; 2) promover estudos para descentralização dos serviços daquela agência, com a criação de Postos nos bairros mais populosos; 3) viabilizar a criação de uma Diretoria Regional da EBCT no Oeste, com sede em Cascavel e jurisdição no Oeste e Sudoeste do Estado.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1985.

(a) MÁRIO PEREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

Com base no Requerimento n. 634/85, de autoria do nobre Vereador Aldo José Parzianello, com assento na Câmara Municipal de Cascavel, fica demonstrado que os serviços hoje oferecidos pelos Correios e Telégrafos naquela cidade estão seriamente comprometidos pelo reduzido número de funcionários e pelo acanhamento das instalações físicas da agência local. Além do mais, a cidade possui uma extensão territorial das mais acentuadas, o que dificulta sobremaneira o uso dos serviços da EBCT pela população sediada em bairros mais longínquos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscrive, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja

encaminhada correspondência ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a construção de estrada pavimentada ligando Cascavel—Jota Esse—Tupãssi.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1985.

(a) MÁRIO PEREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

Estando já com o projeto de construção devidamente elaborado, a estrada pavimentada Cascavel—Jota Esse—Tupãssi se reveste de tanta ou mais importância para a economia estadual e regional que outras construídas ou em construção. Abrangendo uma região de densidade produtora das mais elevadas, o escoamento da significativa produção agrícola é sempre comprometido em dias chuvosos, com sensíveis prejuízos generalizados. Além de que a pavimentação determinará menos custos de deslocamento, significando maior margem de lucro ao nosso combalido e sofrido produtor oesteiro.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Está finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos no Pequeno nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

A Mesa consulta a Liderança do PFL. Havendo declinado, Liderança do PMDB. Havendo declinado, consulta a Liderança do PDT. Havendo declinado, consulta a Liderança do PCB. Havendo declinado, consulta a Liderança do PDS. Havendo declinado, está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 275/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 195/85), que autoriza o Poder Executivo abrir um crédito suplementar até o limite de Cr\$4.530.000.000 (quatro bilhões, quinhentos e trinta milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento do Departamento Estadual de Administração de Material — DEAM, destinado a cobrir despesas de custeio e de capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 317/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 218/85), que objetiva regularização dos créditos tributários devidos em decorrência de infração à legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias (ICM) mediante dispensa de parte dos valores da multa, dos juros e da correção monetária, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário em número de 7 (sete), devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

#### EMENDA DE PLÊNARIO DE N. 01 AO PROJETO DE LEI N. 317/85

Inclua-se onde couber

Art. ... o Poder Executivo fica obrigado a publicar a relação dos contribuintes a terem seus débitos tributários regularizados mediante a dispensa do pagamento de 70% (setenta por cento) dos valores da multa, dos juros e da correção monetária,

com os respectivos montantes dispensados do pagamento.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1985.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Apoio: Ivan Gubert, Gilberto Carvalho, Werner Wanderer, Tugio Setogutte e Francisco Escorsin.

#### JUSTIFICATIVA:

O Anteprojeto de Lei encaminhado pelo Executivo a esta Casa visando a regularização dos créditos tributários mediante a dispensa de pagamento de 70% (setenta por cento) da multa, dos juros e da correção monetária é muito vago em relação ao montante dos créditos e dos encargos a serem dispensados, dificultando a análise da matéria por esta Casa. A Mensagem Governamental refere-se a um grande volume acumulado na dívida ativa do Estado, deixando supor tratar-se de importâncias elevadas, sem contudo saber-se quanto se refere aos créditos do ICM e quanto aos encargos dos quais se quer isentar 70% (setenta por cento).

A mensagem 218/85 faz menção ao fato de o ônus da correção monetária se tornar insuportável para as empresas que, por questão de ordem econômica, não puderam efetuar o pagamento do ICM nos prazos normais. Como se saber com certeza se o não recolhimento do ICM nos prazos normais se deveu a questões de ordem econômica ou se muitas das empresas deixarem simplesmente de efetuar o recolhimento, apropriando-se assim de recursos arrecadados do consumidor no ato da venda de mercadorias e não os recolhendo aos cofres públicos.

Dessa forma fica ao exclusivo arbítrio do Executivo definir que empresa agiu de má fé ou não, qual deixou de recolher o tributo em razão de dificuldades de ordem econômica o que, mesmo neste caso, não isenta o pagamento dos encargos decorrentes do atraso como não são isentados todos os que atrasam suas prestações ou seus pagamentos de contas de luz, água ou telefone, ou não efetuam o recolhimento de suas obrigações fiscais e dos encargos sociais.

O Estado, ademais, provoca uma escalada de endividamento externo e pretende agora lançar mão de títulos da dívida pública passando também ao endividamento interno. Pretende lançar mão desses títulos para obter recursos mas ao mesmo tempo quer conceder essa anistia que não se sabe mas pode atingir a muitos bilhões de cruzeiros.

O mínimo que se pode exigir é que seja dado a público a relação dos contribuintes em atraso bem como dos valores que a anistia pretendida atinge.

#### EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLÊNARIO

O Art. 5º passa a ter a seguinte redação:

Art. 5º - Quando o crédito tributário já houver sido ajuizado para cobrança executiva, o sujeito passivo deverá comprovar, previamente, a quitação das despesas processuais, calculadas com a exclusão das parcelas que forem dispensadas em decorrência desta lei.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1985.

(a) JORGE MAIA FILHO

Apoio: Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Antônio Belinati, Tugio Setogutte, Antônio Annibelli, Sérgio Spada, Rubens Bueno, Amélia Hruschka, Tadeu Lúcio Machado, Erondy Silvério, Mário Pereira, Djalma de Almeida César, Quielso Crisóstomo, Ivan Gubert, Ezequias Losso, Basílio Zanusso, Fiori Luiz, Paulo Furiatti e Wilson Fortes.

# EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE N. 04

O Parágrafo Único do artigo 1.º do Projeto de Lei n. 317/85, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo Único - A fruição dos benefícios previstos neste artigo é condicionada a que o imposto declarado em Guia de Informação e Apuração do ICM (GIA/ICM), vencido entre 20 de novembro e a data da publicação desta Lei, esteja devidamente regularizada".

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1985.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoioamento: Francisco Escorsin, Jorge Maia Filho, Antônio Belinati, Amélia Hruschka, Tuguio Setogutte, Tadeu Lúcio Machado, Rubens Bueno, Paulo Furiatti, Mário Pereira, Basílio Zanusso, Eduardo Baggio, Fuad Nacli, Gilberto Carvalho, Ivan Gubert, Ezequias Losso, Nelson Buffara, Sérgio Spada, Erondy Silvério, Hermas Brandão, Djalma de Almeida César, Antônio Annibelli, Wilson Fortes e Quielse Crisóstomo.

# EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE N. 05

O Art. 1.º, incisos e parágrafo único, do Projeto de Lei n. 317/85, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1.º - Os créditos tributários devidos em decorrência de infração à legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias (ICM) cometida anteriormente a 20 de novembro de 1985, terão a sua regularização incentivada mediante a dispensa do pagamento de 70% (setenta por cento) dos valores de multa, dos juros e da correção monetária, desde que o pagamento do restante seja feito:

- I - .....
- II - .....

Parágrafo Único - .....

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1985.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoioamento: Francisco Escorsin, Wilson Fortes, Antônio Belinati, Tadeu Lúcio Machado, Rubens Bueno, Eduardo Baggio, Jorge Maia Filho, Mário Pereira, Nelson Buffara, Ivan Gubert, Paulo Furiatti, Basílio Zanusso, Fuad Nacli, Gilberto Carvalho, Sérgio Spada, Ezequias Losso, Tuguio Setogutte, Antônio Annibelli, Djalma de Almeida César, Erondy Silvério, Amélia Hruschka, Quielse Crisóstomo e Fiori Luiz.

# EMENDA DE PLENÁRIO DE N: 07

Acrescente-se parágrafos 1.º e 2.º ao art. 8.º com a seguinte redação:

- "Art. 8.º - .....
- § 1.º - Fica autorizado o Fisco Estadual do Paraná a promover compensação de créditos e débitos de I.C.M. não extintos, oriundos e pendentes de decisão judicial ou administrativa até a data desta Lei, na medida em que lhe convenha, com a finalidade de evitar futuras demandas.
- § 2.º - A compensação de que trata o parágrafo anterior, não poderá resultar em saldo a favor, tanto do contribuinte como do Fisco, de forma que os créditos e débitos sejam reciprocamente

te compensados, de maneira a não permitir diferença a maior ou menor para quaisquer das partes."

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Apoioamento: Amélia Hruschka, Fuad Nacli, Basílio Zanusso, Francisco Escorsin e uma ilegível.

## JUSTIFICATIVA:

A presente emenda tem por objetivo regulamentar a compensação de créditos e débitos do I.C.M. não extintos, oriundos e pendentes de decisões judiciais ou administrativas.

Essa compensação tributária poderá evitar maiores ônus ao Fisco, nas pendências em que seja obrigado a arcar com juros, correção monetária ou mesmo pagamentos de custas judiciais.

Sua finalidade precípua será evitar futuras demandas judiciais ou administrativas entre o contribuinte e o Fisco, possibilitando acordo entre as partes sem prejuízo da arrecadação tributária e facilitando ao contribuinte a quitação de seus débitos com eventuais créditos se houver possibilidade de compensação.

# EMENDA DE PLENÁRIO DE N. 08

Artigo Único - Acrescente-se ao Art. 5.º, da presente matéria os parágrafos 1.º e 2.º, com a seguinte redação:

"§ 1.º - Ficam isentas de honorários as ações de executivo fiscal ajuizadas por componentes do Quadro de Servidores da Procuradoria Geral do Estado e por membros do Ministério Público.

"§ 2.º - Os encargos e despesas processuais de que trata o 'caput' deste artigo serão calculados pelo valor legal, deduzidos os mesmos percentuais previstos no art. 1.º."

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1985.

(a) NESTOR BAPTISTA

Apoioamento: Amélia Hruschka, José Antônio Fonseca e Basílio Zanusso.

# EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE N. 08

Suprima-se no inciso II, do art. 1.º, do Projeto de Lei n. 317/85, a palavra "iguais".

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1985.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoioamento: Francisco Escorsin, Jorge Maia Filho, Paulo Furiatti, Ezequias Losso, Wilson Fortes, Fiori Luiz, Antônio Belinati, Rubens Bueno, Ivan Gubert, Sérgio Spada, Tuguio Setogutte, Djalma de Almeida César, Erondy Silvério, Mário Pereira, Eduardo Baggio, Amélia Hruschka, Nelson Buffara, Fuad Nacli, Antônio Annibelli, Gilberto Carvalho, Tadeu Lúcio Machado, Basílio Zanusso e Quielse Crisóstomo.

Em votação o projeto.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Para encaminhar o projeto, Senhor Presidente.

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Apenas para que os Anais da Casa registrem a nossa posição na votação da matéria da Ordem do Dia referente ao Projeto 317/85. Todos sabem nesta Casa que ao longo da nossa carreira política sempre procuramos ser coerentes, coerentes com o objetivo que nos trouxe a disputar o cargo eletivo pela primeira vez.

Isto é, ficar sempre ao lado das coisas que pelo menos a nós próprios pareçam certas. As posições que adotamos no exa-

me das matérias que são discutidas nesta Assembléia refletem este nosso pronunciamento. E hoje nós estamos ocupando a tribuna, Sr. Presidente, para analisar o Projeto de Lei 317/85, que recebeu algumas críticas no plenário desta Casa. O projeto objetivava a regularização dos créditos tributários devidos em decorrência de inflação à legislação de ICM, mediante dispensa de parte dos valores da multa, dos juros e da correção monetária.

De antemão, Senhor Presidente, nós queremos adiantar à Casa que não participaremos da votação desta matéria, de vez que como empresário sou parte interessada da mesma. Mas, dentro da coerência que sempre mantive, quero deixar bem clara a minha posição com relação a esta Mensagem do Governador. Todos sabem que esta Casa, ao apagar das luzes do ano de 1983, votou Mensagem do mesmo Governador José Richa. Propunha diversas alterações na legislação fiscal do Estado. Entre elas, a transformação do DETRAN em autarquia e a respectiva correção mensal das taxas cobradas por aquele departamento. Instituíamos no mesmo documento legal a correção monetária sobre correção em todos os débitos para com a fazenda pública estadual. Na oportunidade nós alertamos Sua Excelência, atual Presidente da Casa, então Líder do Governo, Deputado Nilso Sguarezi, para a voracidade da medida. Para o que aquela medida importaria em termos financeiros para o povo, em termos de dificuldades, principalmente, para a média empresa, já que, naquela oportunidade, já se cogitava da criação do Estatuto da Microempresa. Mas, a média empresa ficava totalmente desprotegida face àqueles dispositivos contidos na Mensagem Governamental.

A Bancada do PMDB, majoritária nesta Casa, na oportunidade não se curvou aos nossos apelos, ao nosso alerta e à nossa advertência. Votou-se a Mensagem, expediu-se o diploma legal e o que se viu de lá para cá foi total descalabro com relação à arrecadação do ICM, porque as simples multas formais, multas de erros de lançamento, passaram a sofrer correção monetária e o pior, uma correção draconiana, uma correção perversa, uma correção sobre correção.

Ora, eu mesmo senti isto na carne, dado um desajustamento responsável pela contabilidade da firma que eu participo, deixou de recolher um mês de contribuição do ICM na ordem de 120 milhões de cruzeiros.

Nós fizemos a confissão do débito quando verificamos a ocorrência, e após 9 meses, nós tivemos o desprazer de ver que, de acordo com a Lei 6.853/83, este débito inicial de 120 milhões, passara para 1 bilhão e 350 milhões.

Feito o parcelamento do débito, como assegurava a lei anterior de 1977, nós verificamos e levamos pessoalmente à consideração do Governador do Estado de que este débito inicial de 120 milhões transformar-se-ia, após o parcelamento, em 50 bilhões de cruzeiros. Então, é o retrato fiel do Paraná, das empresas que deixaram, por um motivo ou outro, às vezes, por dificuldade financeira, às vezes por desequilíbrio, no controle de sua contabilidade, de recolher alguma parcela, aconteceria, como aconteceu, fatos como este, que eu relatei. Os nossos argumentos sensibilizaram o Governador do Estado, que compreendeu que a máquina administrativa do Estado existe para servir à sociedade, não para transformar-se em um mecanismo de captação financeira, de aplicação no mercado financeiro, porque a correção monetária tem um espírito diverso do que entendem hoje, alguns tecnocratas, ela é apenas correção de um débito, quando o débito é faltoso, quando o débito apresenta, realmente indícios de dolo, o que não ocorre em muitos casos, em que dificuldades momentâneas de caixa de uma empresa ocasionam débitos desta natureza, e nós mostramos ao Senhor Governador,

na oportunidade, que correção sobre correção era tão perversa que, a cada mês o débito aumentava, porque vivemos, hoje, numa ciranda dramática, com relação à economia brasileira, hoje, dorme-se com um valor e acorda-se com outro.

Ora, os negócios não evoluem na mesma velocidade, porque ninguém, nem comércio, nem indústria, têm culpa do descalabro financeiro do Governo Central, que é o verdadeiro causador da inflação, neste País, porque o déficit público, na ordem de 300 trilhões de cruzeiros é o responsável pela emissão desenfreada de Obrigações do Tesouro Nacional, que, uma vez jogadas no mercado financeiro, trazem para si as taxas de juros e lançam mais lenha na fogueira da inflação. Ora, os Estados não podem seguir a mesma trilha, sob pena de penalizar os agentes da produção, porque, comércio, indústria e agricultura se constituem na verdadeira estrutura do Poder Público, não podem ser penalizados de uma forma violenta, como ocorria, na vigência da lei a que me referi, votada por esta Casa, em 1983. Os nossos argumentos sensibilizaram o Governador José Richa, em 1983.

Os nossos argumentos sensibilizaram o Governador José Richa, que não inovou em mandar para esta Casa uma proposta de anistia parcial de débitos fiscais, todos os Governos o fizeram, anteriormente, alguns por duas vezes, no mesmo período governamental, mas também não merece crítica, porque na oportunidade a medida se fazia necessária, se fazia premente e até urgente, sem contar que, com isto, nesta fase difícil, a arrecadação do Estado vai se normalizar, proporcionando ao Poder Executivo, os meios de que ele necessita para bem administrar a coisa pública.

Nesta oportunidade, Sr. Presidente, em que deixo a tribuna, consignando o meu impedimento regimental de votar a matéria, quero dizer que em espírito votaria favoravelmente, porque é uma medida de alta sensibilidade humana, uma medida que atende cerca de 75 mil empresários que estão nesta situação, eu pergunto, serão todos sonegadores?

Não. Existem desequilíbrios momentâneos da Caixa, existem mil situações na contabilidade e no gerenciamento de uma empresa comercial, que às vezes impossibilitam os titulares a recolher o que é devido ao Estado.

Era esta a nossa posição, Sr. Presidente, com relação a essa matéria. — (Sem revisão do orador).

**O SR. PRESIDENTE — (Aníbal Kury)** Continuam em discussão as Emendas.

Em votação.

Emenda n. 1, de autoria do Deputado Luiz Alberto Oliveira.

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. — Rejeitada.

Emenda n. 2, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César.

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. — Aprovada.

Emenda n. 3, de autoria do Deputado Jorge Maia Filho. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como estão. — Aprovada.

Emenda n. 4, de autoria do Deputado Orlando Pessuti.

Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como estão. — Aprovada.

Emenda n. 5, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como estão. — Aprovada.

Emenda n. 6, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como estão. — **Aprovada.**

Emenda n. 7, de autoria do Deputado Nestor Baptista. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como estão. — **Aprovada.**

Projeto e Emendas irão à 3.<sup>a</sup> Discussão.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 322/85, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 222/85), que objetiva majorar, a partir de 01 de janeiro de 1986, os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas do funcionalismo público civil e militar do Estado. Com Parecer Favorável da C.C.J., por maioria.

Sobre o referido projeto, emendas em número de sete, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

**EMENDA DE PLENÁRIO N. 01**  
**AO PROJETO DE LEI N. 322/85**

Art. 1.<sup>o</sup> — As tabelas constantes dos Anexos I e II referidos no Art. 1.<sup>o</sup> do Projeto de Lei n. 322/85 passam a ter seus valores fixados com base na aplicação de 105 por cento sobre os níveis atuais em vigor desde 1.<sup>o</sup> de julho próximo passado.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1985.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS

Apoio: Ivan Gubert, Werner Wanderer,

Gilberto Carvalho, Tuguo Setogutte e

Francisco Escorsin.

#### JUSTIFICATIVA:

Os valores constantes dos Anexos I e II, foram calculado com base na aplicação de 80,12 por cento de reajuste em relação aos níveis atuais. Esse baixo percentual de reajuste agrava ainda mais a já dramática situação do funcionalismo, aprofundando a defasagem salarial.

Para que efetivamente se fizesse a reposição dos salários o reajuste deveria ser calculado com base na aplicação de 120 por cento. Compreensivamente, no entanto, o funcionalismo, por intermédio das várias entidades representativas, contentam-se com 105 por cento de reajuste, o que é o mínimo necessário para fazer face à escalada do custo de vida que atinge níveis jamais experimentados no País e especialmente em Curitiba, cidade que enfrenta as maiores taxas de elevação do custo de vida.

A aprovação desta Emenda e sua posterior sanção pelo Governador do Estado, é apenas um ato de justiça que se pratica em nome dos dedicados funcionários que, de outra forma, não têm possibilidades de sobrevivência, em condições pelo menos aceitáveis.

**EMENDA DE PLENÁRIO N. 02**  
**AO PROJETO DE LEI N. 322/85**

Acrescente-se onde couber, o seguinte artigo:

"Artigo — Aos atuais oficiais da Polícia Militar do Estado, que foram transferidos para a reserva remunerada ou reformados, até o ano de 1972, no posto de Coronel, terão o seu soldo acrescido de mais 20% (vinte por cento).

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1985.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

Apoio: Jorge Maia Filho, Francisco Escorsin,

Djalma de Almeida César e Fuad Nacli.

#### JUSTIFICATIVA:

A exemplo do que vem acontecendo com os seus pares que já vêm percebendo este percentual, em acordo com o Co-

digo de Vencimentos (Lei n. 6174, de 03/07/73 (parágrafo único do art. 86, hoje revogado), essa vantagem, prevista nesta emenda, será concedida ao oficial da Polícia Militar do Estado, ocupante do último posto da hierarquia policial militar, que ao ser transferido para a reserva remunerada ou reformado, contava aproximadamente com 35 anos de serviços prestados ao Estado.

Este benefício atingirá somente 6 ou 8 oficiais coronéis, que se encontram atualmente injustiçados, com os seus proventos defasados.

Esses os motivos da presente emenda.

**EMENDA DE PLENÁRIO N. 03**  
**AO PROJETO DE LEI N. 322/85**

Inclua-se onde couber:

"Art. — Os cargos de Consultor Legislativo, Classe B, Referências I a IV, do Quadro Efetivo da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, ficam elevados para os de Consultor Legislativo, Classe A, Referência I.

Art. — Os cargos de Consultor Legislativo, Classes C e D, Referências I a IV do Quadro de Pessoal Efetivo da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, ficam elevados para os de Consultor Legislativo, Classe B, Referência I.

• Art. — Os demais cargos de nível superior do Quadro de Pessoal Efetivo da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, respectivamente, Médico, Dentista, Jornalista e Redator, passam a ter remuneração equivalente à de Consultor Legislativo, Classe B, Referência I.

Parágrafo Único. A movimentação de Referência dos Cargos deste artigo, obedecerá os mesmos critérios para a movimentação de Referência da carreira de Consultor Legislativo.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1985.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoio: Jorge Maia Filho, Nelson Buffara,

Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Edmar Luiz Costa,

Trajano Bastos e Djalma de Almeida César.

#### JUSTIFICATIVA:

Esta emenda tem por objetivo dar melhor estrutura aos níveis salariais do Quadro de Pessoal Efetivo da Assembleia Legislativa do Estado, propiciando aos Cargos de Consultor Legislativo C e D, e aos cargos de Médico, Dentista, Jornalista e Redator, todos de nível superior, remuneração equivalente à da carreira de Taquígrafo — de nível médio. E, em vista deste ajuste, a presente emenda também visa a adequação dos níveis salariais dos cargos de Consultor Legislativo, Classe B, Referências I a IV.

**EMENDA DE PLENÁRIO N. 04**  
**AO PROJETO DE LEI N. 322/85**

Acrescente-se onde couber, o seguinte artigo e parágrafo:

"Art. — Fica acrescido de parágrafo único o Art. 73, passando a vigor com a redação que segue, o art. 122, ambos da Lei n. 7051, de 06 de dezembro de 1978:

"Art. 73 — .....

I — .....

II — .....

Parágrafo único. Quando a aposentadoria se der na forma do inciso II deste artigo, o funcionário ocupante do Grupo Ocupacional "TAF", terá o Prêmio Produtividade integrado aos proventos de aposentadoria, calculado sobre média dos per-

centuais produzidos nos três meses anteriores à protocolização do pedido, cuja média poderá ser calculada sobre o vencimento do cargo em comissão e gratificação de 2/3 do "quantum" do vencimento assegurado, limitada a vantagem ao valor atribuído ao Diretor da CRE sob a mesma rubrica.

"Art. 122 — Os funcionários da CRE, circunscritos às hipóteses dos itens I e II do Art. 121, farão jus à percepção das vantagens de exercício que trata o § 2.º do art. 44, calculados com base no vencimento do cargo que estiver exercendo, limitada a percepção das vantagens ao valor atribuído ao Diretor da CRE, sob a mesma rubrica.

"Parágrafo único — Os artigos 73 e 122 da Lei n. 7051/78, com a redação dada por essa lei, são aplicáveis aos servidores já inativados, considerando-se entre a lei que o inativou e a forma atual de retribuição do Prêmio de Produtividade, a mesma relação da média obtida e os percentuais máximos de produção".

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Apoio: Amélia Hruschka, Fuad Nacli,  
Francisco Escorsin, Basílio Zanusso e  
uma assinatura ilegível.

#### JUSTIFICATIVA:

As alterações a que submetemos à alta apreciação desta augusta Assembléia, visam corrigir distorções existentes na Lei n. 7051, de 06 de dezembro de 1978, regime jurídico da CRE, Coordenadoria da Receita do Estado, da Secretaria de Finanças.

Assim é que com a inclusão do parágrafo único ao Art. 73 da mencionada lei, corrige-se situação singular, onde o funcionário, pelo exercício de cargo em comissão por determinado tempo garantia na aposentadoria o seu valor, porém as vantagens seriam calculadas pelo cargo efetivo.

A nova redação dada ao art. 122, estende aos funcionários recrutados a prestar serviços junto à Governadoria e ao Gabinete da Secretaria de Finanças, as vantagens de exercício antes calculadas pelo cargo efetivo.

Ao pessoal inativo da CRE — Coordenadoria da Receita do Estado, também aplicam-se as disposições das alterações processadas.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO N. 05 AO PROJETO DE LEI N. 322/85

Inclua-se onde couber:

"O índice percentual fixado no artigo 11 da Lei Estadual n. 7825, de 29 de dezembro de 1983, fica elevado para o mesmo percentual de que faz referência o art. 1.º da Lei Estadual n. 8089, de 05 de julho de 1985, reajustando-se, sempre que ocorra alteração do referido percentual".

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1985.

(aa) NILSO SGUAREZI e DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Apoio: Francisco Escorsin, Amélia Hruschka, Basílio Zanusso, Fuad Nacli e Jorge Maia Filho.

#### JUSTIFICATIVA:

Pela constatação do princípio da isonomia, nos atos da administração pública, a equivalência da verba de representação entre integrantes de classe diversa, como Procuradores de Justiça e Procuradores e Advogados do Estado, decorre da natureza dos misteres que se atribuem aos mesmos. Uns, na defesa da

da sociedade, e outros, nos interesses do Estado, ambos enfrentam os mesmos problemas e dificuldades no trato das coisas públicas e, pelo contraditório nas ações e conflitos, tanto judiciais como administrativas, de referidos profissionais se exige soma diligente de atuação a justificar que recebam idêntico tratamento.

Inexplicavelmente, porém, a verba de representação é calculada em seus índices percentuais de maneira diferente, com insólita discrepância, em que o legislador tem o dever e o direito de corrigir.

No caso proposto, a correção justificará a pretensão de 127 procuradores em atividade, dos 135 cargos existentes. Por outro lado, a projeção financeira do que representará o percentual pretendido mostra que não onerará o erário, senão em condições possíveis, como se demonstra em seguida.

(A tabela em referência é encontrada no final desta ata).

#### EMENDA DE PLENÁRIO N. 06 AO PROJETO DE LEI N. 322/85

Acrescente-se onde couber, o seguinte dispositivo:

"Art. — O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a conceder, mediante Decreto, em caráter transitório, antecipação do reajuste dos vencimentos aos servidores públicos do Estado, previsto para vigorar em 01 de julho de 1986, a partir do primeiro dia do mês seguinte em que o I.P.C.A. — Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, atingir ou superar 30% (trinta por cento), a contar de 01 de janeiro de 1986, até o limite da variação percentual verificada no período, observadas as limitações orçamentárias."

Parágrafo único. Tendo em vista a transitoriedade da aplicação do disposto neste artigo, o percentual do reajuste a vigorar a partir de 01 de julho de 1986, será calculado sobre as Tabelas de Vencimentos e demais valores especificados nesta lei.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Apoio: Amélia Hruschka, Tuguio Setogutte,  
Tadeu Lúcio Machado e Antônio Belinati.

#### JUSTIFICATIVA:

Apesar do Governo do Estado estar propondo majoração de vencimentos acima da variação do INPC, os servidores reivindicam que o percentual do aumento seja elevado para 110 por cento.

Analisando os percentuais concedidos pelo Governo Federal (75 por cento) e pelo Governo do Estado de São Paulo (73 por cento), temos que dar um crédito de confiança ao Governo do Paraná.

Tendo em vista que o Estado atravessa um período crítico, com impossibilidade de se prever a arrecadação orçamentária dos primeiros meses do ano de 1986, dada a seca e outros fatores que poderão influir negativamente na receita orçamentária, entendemos oportuna a reapresentação da tese da Antecipação de Reajustes Escalonados que já foi sustentada em projeto de lei de nossa autoria, ora em tramitação nesta Casa, condicionada à disponibilidade orçamentária do primeiro semestre de 1986.

Dispositivos similares ao desta emenda já foram aprovados anteriormente por esta Assembléia Legislativa, oriundos de emendas oferecidas em Plenário e sancionadas sem quaisquer restrições, possibilitando ao Poder Executivo melhorar os vencimentos dos funcionários públicos através de Decretos, em

épocas diversas das datas tradicionais dos reajustes gerais.

Citamos como exemplo a autorização dada ao Poder Executivo através do art. 12 da Lei n. 7540, de 08 de dezembro de 1981, pelo qual se autorizou, para 01 de agosto de 1982, a concessão de antecipação do reajuste anual de vencimentos que iria vigorar a partir de 01 de janeiro de 1983.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury). As emendas ferem dispositivos constitucionais e a Mesa deixa de recebê-las. Em votação o projeto. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 324/85, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 220/85), que autoriza o Poder Executivo abrir um Crédito Suplementar até o valor de Cr\$ ... 11.200.000 (onze milhões e duzentos mil cruzeiros), alterando o orçamento atual do Colégio Estadual do Paraná, destinado a cobrir despesas com outros serviços e encargos. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, emendas em número de seis, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA N. 01  
AO PROJETO DE LEI N. 324/85

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Especial, ao orçamento da Empresa Paranaense de Turismo — PARANATUR, para abertura do subelemento de despesa a seguir especificado:

DOTAÇÃO:

5900.11653632.818 — DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO PARANÁ

3.2.3.1 - Subvenções Sociais Cr/ 16.000.000

Art. 2.º — Servirão para cobertura do Crédito Especial de que trata o art. 1.º desta lei, recursos da própria entidade, em conformidade com o estabelecido, pelo art. 43, § 1.º, item II, da Lei Federal n. 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1985.

(a) PODER EXECUTIVO

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO N. 02  
AO PROJETO DE LEI N. 324/85

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Suplementar, até o valor de Cr\$ 5.939.000.000 (cinco bilhões, novecentos e trinta e nove milhões de cruzeiros), alterando o orçamento atual da Fundação Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR, conforme discriminação abaixo:

DOTAÇÃO:

8600.04100552.750 — PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

3.1.1.1 — Pessoal Civil	Cr\$ 1.420.000.000
3.1.1.3 — Obrigações Patronais	830.000.000
3.1.2.0 — Material de Consumo	700.000.000
3.1.3.2 — Outros Serviços e Encargos	930.000.000
3.2.8.0 — Contribuições para Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP	170.000.000

4.1.1.0 — Obras e Instalações Cr\$ 100.000.000

4.1.2.0 — Equipamentos e Material Permanente 1.789.000.000

Art. 2.º — Servirão para cobertura do crédito de que trata o art. 1.º desta lei, recursos da própria entidade, em conformidade com o estabelecido pelo art. 43, § 1.º, item II, da Lei Federal n. 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1985.

(a) PODER EXECUTIVO

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO N. 03  
AO PROJETO DE LEI N. 324/85

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Suplementar até o valor de Cr\$ 1.770.000.000 (um bilhão, setecentos e setenta milhões de cruzeiros), alterando o orçamento atual da Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná - FITC, conforme discriminação abaixo:

DOTAÇÃO:

8500.04070212.733 — ADMINISTRAÇÃO GERAL — FITC

3.1.1.1 — Pessoal Civil Cr\$ 1.550.000.000

3.1.1.3 — Obrigações Patronais 220.000.000

Art. 2.º — Servirão para cobertura do crédito de que trata o art. 1.º desta lei, recursos da própria entidade, em conformidade com o estabelecido pelo art. 43, § 1.º, item II, da Lei Federal n. 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1985.

(a) PODER EXECUTIVO

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO N. 04  
AO PROJETO DE LEI N. 324/85

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Suplementar até o valor de Cr\$ 1.000.000.000 (um bilhão de cruzeiros), alterando o orçamento atual da Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SUREHMA, conforme discriminação abaixo:

DOTAÇÃO:

900.13770212.800 — ADMINISTRAÇÃO GERAL — SUREHMA

3.1.1.1 — Pessoal Civil Cr\$ 89.000.000

3.1.1.3 — Obrigações Patronais 32.000.000

4.2.6.2 — Constituição ou Aumento de Capital de Empresas Comerciais ou Financeiras — Sociedades de Economia Mista 65.000

9000.13774562.804 — CONTROLE E PESQUISA DE RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE

3.1.1.1 — Pessoal Civil Cr\$ 96.000.000

3.1.1.3 — Obrigações Patronais 35.000.000

3.1.2.0 — Material de Consumo 447.935.000

3.1.3.2 — Outros Serviços e Encargos 300.000.000

Art. 2.º — Servirão para cobertura do crédito de que trata o art. 1.º desta lei, recursos da própria entidade, em conformidade com o estabelecido pelo art. 43, § 1.º, item II, da Lei Federal n. 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1985.

## (a) PODER EXECUTIVO

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO N. 05  
AO PROJETO DE LEI N. 324/85

Art. 1.<sup>o</sup> — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Suplementar de até Cr\$ 4.176.845.000 (quatro bilhões, cento e setenta e seis milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil cruzeiros), no Orçamento do Departamento Estadual de Administração de Material — DEAM, na forma abaixo discriminada:

## DOTAÇÃO:

5500.03161832.298 — COMPRA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS

3.1.2.0 — Material de Consumo - Fonte 82 Cr\$ 2.774.000.000

4.1.2.0 — Equipamentos e Material

Permanente - Fonte 82

Cr\$ 1.335.000.000

3.1.2.0 — Material de Consumo - Fonte 40 Cr\$ 67.845.000

Art. 2.<sup>o</sup> — Os recursos para abertura do crédito de que trata o art. 1.<sup>o</sup> desta lei, são provenientes da própria entidade, segundo o disposto no art. 43, § 1.<sup>o</sup>, item II, da Lei Federal 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 3.<sup>o</sup> — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1985.

## (a) PODER EXECUTIVO

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO N. 06  
AO PROJETO DE LEI N. 324/85

Art. 1.<sup>o</sup> — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Suplementar até o valor de Cr\$7.214.000.000 (sete bilhões, duzentos e quatorze milhões de cruzeiros), alterando o orçamento atual da Empresa Paranaense de Classificação de Produtos — CLASPAR, conforme discriminação abaixo:

## DOTAÇÃO:

8800.04140972.769 — CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL

3.1.1.1 — Pessoal Civil Cr\$3.714.920.000

3.1.1.3 — Obrigações Patronais Cr\$1.754.000.000

3.1.2.0 — Material de Consumo Cr\$408.000.000

3.1.3.1 — Remuneração de Serviços Pessoais Cr\$16.600.000

3.1.3.2 — Outros Serviços e Encargos Cr\$526.980.000

3.2.3.1 — Subvencões Sociais Cr\$ 540.000.000

3.2.8.0 — Contribuições para Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP Cr\$49.400.000

4.1.1.0 — Obras e Instalações Cr\$100.000.000

4.1.2.0 — Equipamentos e Material Permanente Cr\$ 104.100.000

Art. 2.<sup>o</sup> — Servirão para cobertura do crédito de que trata o artigo 1.<sup>o</sup> desta lei, recursos da própria entidade, em conformidade com o estabelecido pelo art. 43, § 1.<sup>o</sup>, item II, da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3.<sup>o</sup> — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1985.

## (a) PODER EXECUTIVO

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) — Também sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando

que as Mensagens Governamentais n. 232, 233, 234, 235, 236 e 237, todas de 1985, sejam aditadas em forma de emendas ao Projeto de Lei n. 324/85. Mensagem n. 220/85, que se encontra na fase de 2.<sup>a</sup> discussão, constante da Ordem do Dia de hoje, pois as mesmas tratam de matérias análogas. **Aprovado.**

O SR. IVAN GUBERT — (Pela Ordem) — Não entendi o teor do requerimento do Senhor Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) — (Lê o requerimento)

O Sr. Ivan Gubert — Não pode isso. Quais são esses projetos.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) — Todos se referem a crédito suplementar. Crédito Suplementar à CLASPAR, ao Departamento de Administração Estadual, ao Meio Ambiente, ao Instituto de Terras, ao IAPAR e à PARANATUR.

Em votação o requerimento. **Aprovado.**

Em votação o projeto e ressalvadas emendas. **Aprovado.**

O Sr. Antônio Belinati — (Pela Ordem) — Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) — Vai-se proceder à verificação de votação.

O Sr. Caíto Quintana — Solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) — Vai-se proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — (Faz a chamada nominal)  
(Chamada nominal interrompida)

O Sr. Antônio Belinati — (Pela Ordem) Senhor Presidente, depois do esclarecimento do nobre Líder do Governo, Deputado Caíto Quintana, nós pedimos a retirada da verificação.

O Sr. Caíto Quintana — (Pela Ordem) — Retiramos a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) — Aprovado o Projeto. Em votação as Emendas, 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7.

Todas aprovadas. O Projeto irá com Emenda na 3.<sup>a</sup> discussão.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 325/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 221/85), que autoriza o Poder Executivo a abrir um Crédito Suplementar até o valor de Cr\$3.043.500.000 (três bilhões, quarenta e três milhões e quinhentos mil cruzeiros), alterando o orçamento atual da Fundação Universidade Estadual de Maringá, destinados a cobrir despesas, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 326/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 223/85), que objetiva alterar a Tabela integrante da Lei n. 6361, de 21.12.72, que versa sobre a taxa de saúde, instituída pela Lei n. 5511, de 10.02.67, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 327/85, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n. 225/85), que autoriza o Poder Executivo a emitir, colocar no mercado e resgatar Títulos da Dívida Pública do Tesouro do Estado do Paraná, bem como pagar juros deles decorrentes, através da Secretaria das Finanças, obedecida a Legislação Federal que rege a matéria, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria.

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 149/85, (Mensagem n. 192/85 - ex-Proposição n. 160/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná de 26.08.85, através da Secretaria da Indústria e Comércio e a fundação de Ensino Superior de Pato Branco, objetivando ação concentrada nos Municípios que menciona, conforme o "Projeto de Cadastramento Industrial para Elaboração do Catálogo de Produtos—Paranaenses". **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 150/85, (Mensagem n. 194/85 - ex-Proposição n. 162/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 18.09.85, entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Interior com intervenção da SUCEPAR, e o município de Apucarana, visando fornecimento de tubos de concreto a serem utilizados em obras de drenagem destinadas ao controle da erosão urbana naquele município. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 151/85, (Mensagem n. 201/85 - ex-Proposição n. 163/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 01.10.85 entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e a União, por meio da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, objetivando integração dos Sistemas de Planejamento Federal e Estadual e o fortalecimento das Administrações Municipais, em continuidade ao Programa de Cooperação Técnica e Financeira a Estados e Municípios. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 152/85, (Mensagem n. 202/85 - ex-Proposição n. 164/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o município de Nova América da Colina, em 14.10.85, objetivando aplicação de recursos financeiros relacionados com o Programa de Ação Municipal — PRAM, conforme plano de aplicação e procedimentos estabelecidos nos manuais do referido Programa. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 155/85, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que regulamenta a aplicação, os dispêndios, os registros contábeis dos recursos provenientes da Receita Patrimonial da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 156/85, (Mensagem n. 208/85 - ex-Proposição n. 171/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova 1.º Termo Aditivo de 27.08.85, ao Convênio celebrado em 27.12.84, pelo Estado do Paraná, através de suas Secretarias do Planejamento, da Agricultura e do Interior, e da COPEL, com a TELEPAR e o município de Curitiba, objetivando execução da 1.ª etapa do Projeto "Unificação de Bases Cartográficas — UNIBASE", na região metropolitana de Curitiba. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 157/85, (Mensa-

gem n. 217/85 - ex-Proposição n. 179/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que ficam aprovados os Termos Aditivos a Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os municípios mencionados, objetivando aplicação de recursos financeiros relacionados com o Programa de Ação Municipal — PRAM. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 158/85, (Mensagem n. 219/85 - ex-Proposição n. 181/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo Aditivo n. 127/84, de 06.09.84, ao Convênio de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e do DER, com o município de Paranaíba, objetivando ampliação de recursos destinados à construção de ligação rodoviária, trecho BR/376 — Mandiocaba, no referido município. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 159/85, (Mensagem n. 212/85 - ex-Proposição n. 175/85, oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio n. 032/85 - COMEC, celebrado em 29.10.85, entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento e o município de Curitiba, com a participação da COMEC, objetivando a aplicação de recursos financeiros do PME/PR, na implantação de obras que beneficiem o sistema de transporte público de passageiros. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 160/85, (Mensagem n. 209/85 - ex-Proposição n. 173/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, com partes, datas e objetivos conforme especifica. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 161/85, (Mensagem n. 211/85 - ex-Proposição n. 170/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados em 14.10.85, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e os municípios mencionados, com participação da SUCEPAR, objetivando execução de obras de controle da erosão urbana. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 162/85, (Mensagem n. 203/85 - ex-Proposição n. 166/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Estado do Mato Grosso do Sul, de 15.10.85, objetivando o intercâmbio de informações e experiências, com vista à integração econômica e social entre as regiões limítrofes dos dois Estados. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 163/85, (Mensagem n. 207/85 - ex-Proposição n. 169/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, datados de 11.10.85, através da Secretaria do Interior e os municípios de Assis Chateaubriand e Cambira, com a participação da SUCEPAR, objetivando a execução

de obras destinadas ao controle da erosão urbana.

**Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 164/85, (Mensagem n. 205/85 — ex-Proposição n. 168/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio n. 009/85—SETR, celebrado em 30/09/85, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Guaraqueçaba, visando a execução de serviços de recuperação das flutuentes de Ararapira, Vila Fátima, Tibicanga e Guaraqueçaba.

**Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 165/85 (Mensagem n. 193/85 - ex-Proposição n. 161/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado em 18.09.85, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e a SUDESUL, com a interveniência da Secretaria do Interior e da SUCEPAR, visando execução de obras de controle da erosão nas cidades que especifica. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 166/85, (Mensagem n. 210/85 - ex-Proposição n. 172/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos aditivos celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, com partes, datas e objetivos conforme especifica. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 167/85, (Mensagem n. 215/85 - ex-Proposição n. 178/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 30.10.85, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o município de Santo Antônio de Caiuá, com a participação da SUCEPAR, objetivando execução de obras de controle da erosão urbana. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 168/85, (Mensagem n. 213/85 - ex-Proposição n. 176/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo de Re-Ratificação, firmado em 27.09.85, ao Convênio celebrado em 26.06.81, entre o Estado do Paraná e os municípios do Eixo Londrina—Maringá — METRONOR, com interveniência da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná — FAMEPAR, objetivando alteração das suas cláusulas terceira e quarta.

**Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 285/85, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n. 199/85), que objetiva assegurar o ingresso no Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, dos professores suplementaristas regidos pela Lei n. 6.508, de 13.12.73 e pelo Decreto n. 5.012 de 05.02.74, que estivessem no exercício do Magistério em 15.10.79, com mais de 2 anos nessa categoria e ministrando aulas em estabelecimentos da Rede Estadual de Ensino. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. ao PROJETO e EMENDAS, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publicado no D.A. 119, de 05.11.85 - Mensagem).**

EMENDA AO PROJETO DE LEI N. 285/85

Acrescente-se o § 3º ao art. 1º:

§ 3º - Passam a integrar o Quadro Único do Pessoal do Poder Executivo todos os professores suplementaristas que contem, na data da publicação da presente lei, pelo menos 2 (dois) anos de exercício nessa categoria ministrando aulas nos estabelecimentos da rede de ensino do Estado e que não sejam ocupantes de cargos públicos a qualquer título.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1985.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Apoio: Edgard Pimentel, Jorge Maia Filho, Erondy Silvério e Francisco Escorsin.

#### JUSTIFICATIVA:

Pela Lei 7208, de 15 de outubro de 1979 foram efetivados cerca de seis mil professores suplementaristas que contavam com dois anos de exercício do magistério nessa categoria, pondo fim assim a uma longa e angustiante espera pela efetivação e pela estabilidade.

Isso continua sendo uma das grandes reivindicações do Magistério estadual, a estabilidade. Desde 1978 não se realiza concurso para o 1º Grau e desde 1979 para o 2º Grau, num flagrante desrespeito à Lei Complementar que é o Estatuto do Magistério, que determina a realização de concursos a cada dois anos decorridos da efetivação do último.

Agora o governo anuncia a realização de um concurso para o preenchimento de 5.000 vagas, quando as necessidades decorrentes da expansão da demanda escolar e das aposentadorias indicam um número maior, superior a 11.000.

A Mensagem Governamental n. 199/85 prevê a efetivação no Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo daqueles professores suplementaristas não beneficiados ainda com a Lei 7.208, deixando à margem um contingente muito grande dos que passaram, depois disso, a exercer o magistério nos estabelecimentos da rede de ensino do Estado.

O Governo estadual, promovendo a efetivação de todos os que contem até a data desta Lei com pelo menos dois anos estará regularizando de forma definitiva a situação, passando após isso à realização periódica dos concursos de ingresso, a começar pelo próximo a ser realizado em dezembro deste ano.

A inclusão deste dispositivo neste projeto de lei corresponde, assim, a um ato de plena justiça para os que até agora vivem o espectro de instabilidade e de impossibilidade de acesso na carreira.

Acrescente-se onde couber, o seguinte dispositivo:

"Art. ... — O Poder Executivo fica autorizado a reabrir o prazo para que o ocupante do cargo de Professor do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo que, por motivo justificado ou por não se encontrar no exercício de suas funções, deixou de participar do processo seletivo interno realizado pela Secretaria da Educação para o ingresso no Quadro Próprio do Magistério, na forma do art. 25. da Lei n. 7.424, de 17 de dezembro de 1980, possa pleitear a sua habilitação, em igualdade de condições, cumpridas as mesmas exigências, ainda que tenha ocorrido exoneração.

§ 1º - O disposto neste artigo não se aplica aos casos de afastamentos que resultaram em abandono de cargo ou demissão.

§ 2º - A regulamentação e realização do processo seletivo interno de que trata este artigo deverá ocorrer dentro de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação desta lei".

Sala das Sessões, em  
(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente  
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

# JUSTIFICATIVA:

O art. 25 da Lei n. 7.424, de 17 de dezembro de 1980 possibilitou aos integrantes do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, que ocupavam cargos de Professor, participarem de processo seletivo interno a fim de proverem vagas existentes no Quadro Próprio do Magistério.

Todavia, ao serem estabelecidas as normas para que os integrantes pudessem participar dos testes, o Edital n. 01/81, da lavra do Senhor Diretor Geral da Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, houve por bem estabelecer como um dos requisitos para inscrição, que o candidato comprovasse estar em pleno exercício de suas funções.

Desta maneira, ficaram impedidos de participar daquele processo seletivo, Professores que estavam legalmente afastados de suas funções.

É sabido que os cargos anteriormente ocupados por aqueles que foram aproveitados no Quadro Próprio são extintos ao vagar.

Não é do interesse da administração manter um Quadro de Pessoal fadado à extinção.

Por outro lado, desde o advento do Decreto Federal n. 200, uma das metas principais da administração pública é propiciar o maior aproveitamento possível dos servidores em atividade, ainda que pertençam a cargos isolados ou ainda que possam ser considerados "ociosos". Daí surgiu a figura da "ASCENSÃO FUNCIONAL", que, em nosso Estado é conhecida como PROCESSO SELETIVO INTERNO.

Dar-se nova oportunidade àqueles que foram impedidos de participar do processo seletivo anterior, sem prejudicar aos seus colegas já habilitados, é o objetivo principal deste plano de lei.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 285/85.

### PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental n. 199/85, o presente plano de lei tem por objetivo assegurar o ingresso no Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, dos Professores Suplementaristas regidos pela Lei n. 6.508/73 e pelo Decreto n. 5.012/74, que estivessem no exercício do Magistério em 15.10.79, com mais de dois anos nessa categoria e ministrando aulas em estabelecimentos da Rede Estadual de Ensino.

Com isso, serão atendidos os Professores Suplementaristas não beneficiados pela Lei n. 7.208/79.

Em data de ontem, em conjunto com os nobres Deputados Nilso Sguarezzi e Mário Pereira, demos entrada em Projeto de Lei tratando de matéria correlata.

Vários Professores do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo ficaram impedidos de participar de processo seletivo para ingressar no Quadro Próprio do Magistério.

Assim sendo, por brevidade, desde que o presente Plano de Lei é justo e oportuno, opinamos FAVORAVELMENTE À SUA APROVAÇÃO, COM A EMENDA EM ANEXO, devendo ser apensado ao presente o Projeto de Lei n. 299/85.

É o parecer.

Sala das Comissões, em  
(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente  
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

1.ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 169/85, (Mensagem n. 204/85 - ex-Proposição n. 167/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, objetivando a transferência de recursos e tecnologia do sistema construtivo de natureza alternativa tipo solo-cimento, com destinação que especifica. **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 170/85, (Mensagem n. 216/85 - ex-Proposição n. 177/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados em 12.11.85, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os municípios mencionados com a participação da COMEC, objetivando a execução e implementação de atividades constantes do "III PROJETO EBTU/BIRD, subprojeto PROPAV", que visa a implantação de obras que beneficiem o sistema de transportes públicos. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 21.º aniversário de emancipação política e administrativa do município de Quinta do Sol. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 21.º aniversário de emancipação política e administrativa do município de Boa Esperança. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 33.º aniversário de emancipação política e administrativa do município de Peabiru. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, encarecendo a instalação de um terminal telefônico na Escola Estadual Vila Vicentina — Ensino de 1.º Grau, na Vila Marumbi - Uvaranas, no município de Ponta Grossa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de estrada pavimentação ligando os municípios de Cascavel—Jota Esse—Tupãssi. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro das Comunicações, encarecendo providências para dotar a Agência dos Correios e Telégrafos do município de Cascavel de maior número de funcionários. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Torneio de Pela da da Amizade, realizado no município de Paranaguá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para sexta-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n. 275, 317, 322, 324, 325, 326 e 327/85 e dos Projetos de Resolução n. 149 a 152, 155 a 168/85.

2.<sup>o</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 285/85 e dos Projetos de Resolução n. 169 e 170/85.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 244/85.

Levanta-se a sessão.

CLASSE CARGOS	VENCIMENTO	REPRESENTAÇÃO	ADICIONAIS	TOTAL	REPRESENTAÇÃO PRETENDIDA	ADICIONAL	TOTAL A SER OBTIDO	DIFERENÇA
1a. Classe 15 cargos = 184.261.980	6.858.339	4.115.003	6.894.485	17.867.827	11.659.176	11.634.441 (62,8293%)	30.151.959	12.283.132
2a. Classe 25 cargos = 275.031.775	6.446.839	3.868.103	5.686.906	16.001.848	10.959.626	10.959.626 (55,1327%)	27.003.119	11.001.271
3a. Classe 35 cargos = 326.954.495	6.035.338	3.621.203	3.931.178	13.587.719	10.260.075	6.633.863 (40,7100%)	32.929.276	9.341.557
Adv. 1a. Classe 45 cargos = 338.372.550	5.623.838	3.374.303	1.939.153	10.937.294	9.560.525	3.272.321 (21,5506%)	18.456.684	7.519.390
Adv. 2a. Classe 15 cargos = 86.003.580	5.212.338	3.127.403	----	8.339.741	8.860.975		14.073.313	5.773.572

TOTAL MENSAL A MAIOR: ~~1.210.624.380~~